

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

### ARQUIVO OU COLEÇÃO? OS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU AEROESPACIAL

Fabiana Costa Dias\*

#### INTRODUÇÃO

Os museus, de uma maneira geral, possuem acervos organizados em reservas técnicas, onde ficam custodiados os objetos tridimensionais. Ao lado das reservas técnicas existem os arquivos e bibliotecas que são responsáveis pela guarda das fontes textuais, imagéticas e os livros, respectivamente. A metodologia de organização e guarda dos documentos produzidos e recebidos por instituições museológicas possuem características específicas. Como exemplo disso, tem-se o Museu Aeroespacial (MUSAL), uma organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB), criada em 1973, localizada no Campo dos Afonsos, em SULACAP, na cidade do Rio de Janeiro. Essa organização militar possui diversas seções, como arquivo histórico, biblioteca, museografia, curadoria, documentação museológica, reserva técnica, pesquisa histórica, recursos educativos e divisões de caráter administrativo e relacionadas com a conservação e restauração de aeronaves.

O Museu Aeroespacial, mais especificamente a seção de arquivo histórico, será o *locus* do desenvolvimento do projeto apresentado no programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivo, oferecido pela UNIRIO. O objeto do projeto será a realização de um diagnóstico dos documentos do acervo do Arquivo Histórico pertencente ao museu. Essa pesquisa surgiu devido ao trabalho desenvolvido como arquivista do MUSAL e tem como objetivo compreender o que os documentos custodiados no arquivo histórico formam: coleções de museu, coleções de arquivo e fundos de arquivo. A princípio essas formas de organização não são excludentes e podem se apresentar juntas no arquivo histórico. Para realização dessa atividade, será elaborado um inventário que está em fase de andamento.

Até o momento foi realizada a contagem dos documentos a serem incluídos no inventário. Já foram contabilizadas 194 caixas-arquivo de documentação textual, 20 caixas-arquivo de negativos de celulose, 94 caixas-arquivo de imagens, 277 caixas de álbuns fotográfico, 180 rolos de filme, 1103 cadernetas de voo, 5000 negativos de vidro, uma mapoteca com 12 gavetas, uma coleção de cd, dvd e vhs. Além disso, existe uma documentação que está

\*Historiadora, arquivista do Museu Aeroespacial e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivo – PPGARQ da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

localizada em outra sala do museu e que ainda não foi toda mensurada, até agora foram contabilizadas 26 caixas-arquivo.

Essa divisão do acervo, em duas salas, ocorreu devido a uma enchente que o Museu Aeroespacial sofreu em 2010. A sala do arquivo histórico foi inundada e conseqüentemente teve que ser transferida. Entretanto, até hoje existe uma parcela do acervo nessa antiga sala. O trabalho de mudança desse material já iniciou e resta, em torno, da metade do que já foi retirado.

Enquanto essa contagem é efetuada, o inventário foi iniciado pelas 194 caixas-arquivo de documentação textual. Atualmente, já foram identificados os documentos de 25 caixas-arquivo desse total de 194. Também já foi realizada a identificação das coleções de cd, dvd e vhs e dos 180 filmes de rolo. Os negativos de vidro possuem uma publicação com seus conteúdos, o que agilizou o trabalho.

Realizada a apresentação do objeto do projeto e das atividades desenvolvidas até agora, a seguir serão introduzidos aspectos da organização e subordinação do MUSAL.

### **O MUSEU AEROESPACIAL E SUA ORGANIZAÇÃO**

O Museu Aeroespacial apesar de ter sido criado em 1973, possuiu uma história anterior, iniciada em 1943, pelo então primeiro ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, que determinou a organização do museu e reunião de material da Escola de Aeronáutica para constituir seu acervo. Mas até sua criação, passaram-se trinta anos, tempo para modificar sua subordinação e organização. Até hoje, o MUSAL esteve subordinado a quatro organizações militares, publicou quatro regulamentos e dois regimentos.

Antes da inauguração do museu, foram efetuadas algumas tentativas para a sua organização, como em 11 de abril de 1972, por meio da Portaria nº008/COMGEP, depois em agosto do mesmo ano, por meio da Comissão Organizadora do museu e por último com a criação do Núcleo do Museu, em julho de 1973. Essa última considerada a data oficial. Suas subordinações foram com a Diretoria de Documentação e Histórico - DIRDOC (12/11/1970 - 20/03/1972 | 17/08/1973 - 08/07/1977), Comando Geral de Pessoal – COMGEP (20/03/1972 - 17/08/1973 | 08/07/1977 - 21/01/1982), Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica – CENDOC (12/01/1982 - 30/04/1987) e por último e até os dias de hoje, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER (30/04/1987). Ao comparar as finalidades de todas essas organizações com as do museu, conclui-se que sempre houve um casamento entre elas. A

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

DIRDOC, o COMGEP, o CENDOC e o INCAER tiveram uma seção ou divisão com o olhar voltado para a preservação da memória da Aeronáutica, acervo histórico e história da aviação.

Após essa breve introdução do histórico do MUSAL serão expostos três aspectos que fundamentaram a construção do objeto desse projeto de mestrado.

De todas essas relações, a que chamou mais atenção foi a primeira, com a DIRDOC, entre 12/11/1970 – 30/03/1972. Nesse período, o Museu da Aeronáutica<sup>1</sup> ainda era uma seção dessa Diretoria e estava subordinado a Subdiretoria de História e Cerimonial, assim como o Arquivo da Aeronáutica. O fato de ter uma área para o arquivo e outra para o museu causou um certo estranhamento, já que todo museu deveria ter um arquivo. Isso caracteriza o **primeiro aspecto** a ser observado.

O que tinha sido decidido, desde 1943, era que o Museu da Aeronáutica iria reunir material existente na Escola de Aeronáutica. E com a publicação do regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico, o Arquivo da Aeronáutica tinha como finalidade, “prestar informações sobre os fatos e ocorrências passadas na vida administrativa das organizações do Ministério da Aeronáutica e de seu pessoal, obtidas da documentação judiciousa e devidamente preservada” (LIVRO, p.4 verso), enquanto que o Museu da Aeronáutica tinha como finalidade “retratar a história da Aeronáutica brasileira através da exposição do seu acervo histórico” (LIVRO, p.4 verso). Desde já, não ficou claro quais documentos iriam para o Arquivo da Aeronáutica e quais iriam para as exposições do Museu da Aeronáutica. O que é suposto é que o Arquivo da Aeronáutica era responsável por uma documentação administrativa de valor permanente, e o Museu era responsável por documentos de valor histórico e/ou acervo histórico. O difícil seria fazer a distinção entre esses dois conjuntos de documentos.

Com a inauguração do Museu Aeroespacial, ele ganhou a sua própria organização interna que incluía uma Seção de Arquivo Histórico, uma seção de Arquivo Fotográfico, uma Biblioteca e uma Seção de Reservas Técnicas e Desenho, uma Seção de Pesquisa e Organização, uma Seção Técnica, uma Seção de Catalogação, uma Seção de Exposição e uma Seção de Conservação e Restauração. A partir desse primeiro organograma, foram observadas como a documentação era organizada e custodiada pelas seções do MUSAL.

---

<sup>1</sup> O Museu da Aeronáutica ficou nomeado dessa forma até 11 de outubro de 1972 e através do Aviso nº R-050/GM3, passou a ser denominado Museu Aeroespacial (LIVRO, p.9 verso).

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Ao verificar como foi estabelecida a guarda da documentação do museu, surgiu o **segundo aspecto**. Os documentos textuais e imagéticos eram encaminhados para o arquivo histórico ou para o arquivo fotográfico, os documentos tridimensionais para a reserva técnica e os livros para a biblioteca. A grande questão aqui é que não existia um documento que centralizasse todos os itens que eram doados. Por mais que a seção de catalogação fizesse o recebimento das doações de acervo, ela não controlava o que cada seção recebia, desmembrando as coleções e fundos de arquivo. Ainda hoje a guarda é tripartida, mas desde janeiro de 2014, foi estabelecido um documento que controla a unidade das coleções.

O **terceiro aspecto** a ser considerado aqui era o que cada seção tinha como finalidade. Através dos regulamentos do MUSAL, publicados em 1977, 1982, 1987 e 2005, foi possível entender as finalidades do arquivo e das divisões a que ele estava subordinado e, portanto, observar qual era o tipo de tratamento arquivístico dado ao conjunto documental. O arquivo esteve subordinado a Divisão de Documentação (nos regulamentos de 1977 e 1982) e depois e até os dias de hoje, a Divisão de Museologia (nos regulamentos de 1987 e 2005). Nos regulamentos de 1977, 1982 e 1987, as divisões que o arquivo histórico e arquivo fotográfico estavam subordinados primavam pela manutenção de listagem de catalogação e a seções de arquivo, segundo o regulamento de 1977, teriam que inventariar, registrar e tomar o acervo.

Nesse sentido, as finalidades das divisões quanto da seção de arquivo estavam mais voltadas para atividades de museologia do que de arquivologia. Ações como inventariar, registrar e tomar fazem parte das atividades de museologia. Em arquivos históricos são realizadas as tarefas de descrição.

Com a publicação do regulamento de 2005 do Museu Aeroespacial, as seções de Arquivo Histórico e Arquivo Fotográfico foram unidas em uma só e suas competências esboçavam mais características arquivísticas do que museológicas, se afastando de um colecionismo de museu. Entretanto, a apresentação da organização do arquivo histórico do museu ainda hoje é marcada por uma metodologia museológica.

Dito isso, observa-se que os documentos arquivísticos do MUSAL sempre tiveram uma organização estabelecida por uma lógica de colecionismo de museu. O terceiro aspecto diz diretamente sobre a lógica de colecionismo. Enquanto os dois primeiros aspectos colaboraram para que isso acontecesse.

### O ARQUIVO HISTÓRICO E AS PRIMEIRAS REFLEXÕES

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

A lógica de organização museológica é por item documental, enquanto que nos arquivos a forma de organizar é por conjunto de documentos, seja por coleção ou por fundo de arquivo. No caso do MUSAL, o arquivo histórico está constituído por documentos textuais, iconográficos, filmográficos, cartográficos e sonoros e teve uma organização dividida por item documental, por formatos, por gênero e por assunto. Também foi desenvolvida uma ferramenta, em base *access*, denominada *Aerodados*, para cadastramento do acervo. Nessa ferramenta não estão cadastrados todos os documentos do arquivo e a maneira com que foi construída permitiu equívocos em relação a terminologia arquivística, como por exemplo, fundo foi confundido com assunto. Nesse sentido, cada parcela do acervo recebeu uma lógica de classificação ou catalogação, o que não preservou o contexto arquivístico. Em linhas gerais, a documentação é composta por assuntos referentes a aviação civil e militar, a militares, a aviadores civis e a organizações militares.

Outro ponto que influenciou a organização do arquivo, foi a presença de uma metodologia museológica, como já mencionado. Segundo Bellotto (2006), museu “[...] é órgão **coleccionador**, isto é, a **coleção é artificial** e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence” (BELLOTTO, 2006, p.39, grifo nosso). Por essa razão, foi localizado no arquivo documentos unitários ou até dois a três que tratam do mesmo assunto e por isso foram organizados juntos, que apesar de serem sobre a finalidade do museu, não constituem documentos arquivísticos. Mas colaboram para a coerência museológica. Nesse sentido, uma contribuição de conceitos arquivísticos será interessante para compreender o Museu Aeroespacial enquanto uma entidade custodiadora de acervos arquivísticos.

Dê uma maneira geral, as formas escolhidas para a organização do acervo do arquivo histórico foram limitadas, no sentido de não avançarem para mais detalhes da descrição arquivística; e por considerarem assuntos ou aspectos externos (gênero e formato) aos documentos como a linha mestra, o que acarretou a perda da organicidade e do vínculo arquivístico. Soma-se a isso, que o arquivo histórico sempre recebeu itens documentais para constituírem seu acervo, ou seja, esses documentos já se apresentavam sem organicidade e vínculo arquivístico.

Para a Arquivologia, o documento para ser considerado arquivístico precisa ser “produzido e acumulado por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

NACIONAL, 2005, p.27). Além disso, os documentos de arquivo são formados “por um processo de acumulação natural, onde seu contexto e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu conteúdo mais amplo de produção, às suas origens funcionais” (RODRIGUES, 2010, p.176). Considera-se também que arquivo é um “conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física” (BRASIL, Lei 8.159, Art. 2º). Sendo assim, o documento para ser arquivístico precisa pertencer a um conjunto de documentos e estar inserido dentro das atividades da instituição pública ou privada ou pessoa física.

Além disso, essas definições apresentadas no parágrafo anterior revelam duas características fundamentais para o documento arquivístico, “[...] o princípio da proveniência (vínculo ao órgão produtor/recebedor/acumulador) e o princípio da organicidade (a coerência lógica e orgânica no contexto de produção, o vínculo aos outros documentos do mesmo conjunto)” (BELLOTTO, 2014a, p.332). Ao lado disso, o princípio da proveniência e o princípio da organicidade

*[...] configuram a diferença entre esta e outras áreas como a Biblioteconomia, Documentação e até mesmo a Museologia. Essa diferença acontece, principalmente, a partir do momento em que a classificação dos documentos de arquivo passa a ser entendida menos pelos seus assuntos e temáticas para realiza-las a ordem na qual os documentos haviam sido produzidos (BELLOTTO, 2005, p.16; DUCHEIN, 1986, p.15 citado por SCHMIDT; SMIT, 2015, p.582).*

O princípio da proveniência de acordo com Schellenberg:

*[...] protege a integridade dos documentos no sentido de que as suas origens e os processos pelos quais foram criados refletem-se no seu arranjo. [...] Ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser compreendidos, no contexto, com documentos correlatos. [...] O princípio dá ao arquivista um guia exequível e econômico para o arranjo, descrição e utilização dos documentos sob sua custódia. (SCHELLENBERG, 2006, p. 260).*

A organicidade, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, “qualidade segundo a qual arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p.64). Enquanto que o vínculo arquivístico “refere-se a rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto, é a relação que liga cada documento ao anterior ou posterior

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

e a todos aqueles que participam da mesma atividade” (MACNEIL, 2010 citado por RODRIGUES, 2010, p.178). Essas são as características centrais da área de arquivo e um documento só é arquivístico se elas forem mantidas (Rodrigues, 2010).

O arquivo histórico do MUSAL ao optar por uma organização por gênero, assuntos ou a item documental, ignorou todos os aspectos referentes a arquivologia. Juntamente a isso, ao priorizar uma classificação por assuntos, o contexto de produção do documento foi desconsiderado. As ações que levaram à criação dos documentos, as competências, as funções e as atividades das instituições, que constituem o contexto de produção. São essas informações que serão seguidas para a elaboração de uma classificação já que refletem a organização da instituição. Segundo SCHMIDT e SMIT (2015) “ao assumirmos que a classificação [...] é uma função arquivística intelectual, que organiza fundamentalmente as informações que estão ‘fora’ do documentos de arquivo, entendemos que somente após a realização desta atividade é que se torna possível pensarmos nas informações de ‘dentro’”(SCHMIDT; SMIT, 2015, p.585-586).

Ao contrário que SCHMIDT e SMIT (2015) mencionaram, o arquivo histórico do MUSAL foi organizado por assuntos, significa que foram classificadas a partir das informações de ‘dentro’, de conteúdo. Um bom exemplo disso é a documentação do Primeiro Grupo de Aviação de Caça – I GAvCa<sup>2</sup>. Como o assunto é I GAvCa, foram adicionados a essa ‘classificação’ documentos institucionais da Força Aérea Brasileira produzidos por esse grupo, documentos pessoais de aviadores (diários, identificação militar e correspondência), selos comemorativos autografados pelos aviadores e do período da guerra, revistas e jornais sobre o teatro de operações. Documentos que descrevem e se referem a objetos que pertenceram ao grupo de caça, que foram doados ao museu, mas que estão sob a guarda da reserva técnica.

Em alguns casos, é possível resgatar a procedência das doações e verifica-se o conjunto de documentos ou itens documentais que foram doados pela mesma pessoa. Ao fazer isso, percebe-se, em alguns casos, que essas doações não possuem nem vínculo arquivístico nem organicidade. Foram simplesmente doadas juntas e ‘classificadas’ com o mesmo assunto, a participação do primeiro grupo de caça na segunda guerra mundial.

Isso que foi mencionado por Bottallo:

---

<sup>2</sup> Essa documentação foi usada como exemplo porque ela pertence as 25 caixas-arquivo até o momento inventariadas.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

*[...] não é raro que os processos de transferência e guarda de arquivos dessa natureza, muitas vezes doados por familiares, sejam acrescentados materiais e objetos de procedências diversas que, nem sempre fazem sentido no contexto arquivístico, causando ‘ruídos’ no processo de arranjo, problemas de guarda e de conservação, entre outros. Doações e incorporações posteriores, que nesses casos frequentemente, colocam em xeque um dos princípios mais caros à Arquivologia: o princípio da proveniência (BOTTALLO, 2011, p.149-150).*

Os ‘ruídos’ mencionados por Bottallo, no caso do MUSAL, podem ser formados por até um item documental ou por um número maior de documentos. Podem tratar sobre mais de um assunto e ‘classificados’ de acordo a finalidade do museu. Mas em nenhuma dessas situações, esses documentos podem ser considerados arquivísticos, porque segundo Bellotto (2014b) “outra grande característica peculiar a esses documentos, com sua natureza e caráter específicos, é a que eles não têm sentido se tomados isoladamente” (BELLOTTO, 2014b, p. 302). O arquivo histórico do Museu Aeroespacial parece ser uma reserva técnica que custodia documentos textuais e não documentos arquivísticos. Ele funciona com uma proposta museológica e não arquivística.

Além disso, o arquivo possui uma documentação institucional do Museu Aeroespacial que não foi classificada e avaliada. Ela está misturada com todo o restante do conjunto documental.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito anteriormente, os resultados aqui apresentados ainda são incompletos e nem todas as etapas do projeto não foram executadas. Porém, pode-se ordenar algumas considerações de caráter mais geral e outras mais específicas, relativas ao Museu Aeroespacial como entidade custodiadora de acervos arquivísticos e sua constituição. Pode-se afirmar que o conjunto documental do arquivo histórico do MUSAL não possui apenas documentos arquivísticos. Contém documentos unitários e isolados que tratam sobre a finalidade do museu, mas que fazem mais sentido dentro de uma lógica museológica do que arquivística. O conjunto documental, até aqui estudado, mostrou que foram misturados documentos institucionais da Força Aérea Brasileira com institucionais do Museu Aeroespacial e com doações de origens diversas.



## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Com essa informação, pode-se questionar, como tratar um acervo híbrido que foi constituído com um olhar de museu e não de arquivo. Mas antes dessa etapa se faz necessário concluir o inventário porque novas informações podem modificar o quadro até aqui exposto.

### BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Da gênese à função. O documento de arquivo como informação e testemunho. In: \_\_\_\_\_. *Arquivo, estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014a.

\_\_\_\_\_. A especificidade da “Informação Arquivística”. In: \_\_\_\_\_. *Arquivo, estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014b.

BOTTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: *I Seminário Serviços de Informação em Museus*, 2011.

BRASIL. COMANDO DA AERONÁUTICA. MUSEU DA AERONÁUTICA. LIVRO HISTÓRICO. Período de: 20 de julho de 1994 até os dias de hoje.

BRASIL. Lei 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20. fev. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO Heloísa L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza dos documentos de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia(org.) *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.

SCHELLENBERG, T.R.. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. In: *I Congresso ISKO Espanha e Portugal*, subordinado ao tema informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano, 2013.